

Relações do trabalho em organizações familiares neo-ruralistas: um estudo no setor produtivo rural do centro-norte capixaba

Fabio Lyrio Santos (UFSCar) fabiolyrrio@dep.ufscar.br

Resumo

O presente trabalho é o resultado de uma pesquisa descritiva realizada em cinco propriedades de agricultura familiar localizadas na microrregião do município de Colatina, no Estado do Espírito Santo, cujo objetivo foi verificar e descrever a forma de organização e distribuição individual do trabalho nas propriedades, a presença ou não da pluriatividade e de atividades alternativas secundárias, agrícolas ou não, e o grau de comprometimento presente e futuro dos membros da família com as atividades produtivas. Utilizou-se a Entrevista como técnica de pesquisa, numa abordagem qualitativa, onde procurou-se atingir todos os indivíduos membros. Os resultados demonstraram que a presença jovem nas atividades produtivas é cada vez menor e menos comprometida com o futuro da empresa familiar, principalmente pela desesperança diante do perene quadro de dificuldades financeiras e produtivas da pequena empresa rural. Menor ainda é sua participação na gestão da produção, o que poderia ser um diferencial positivo, já que o acesso mais facilitado à educação profissional tem dado oportunidade aos jovens rurais de hoje se tornarem empreendedores em suas propriedades. Ao mesmo tempo, atividades alternativas crescem em importância econômica e têm sido uma sobrevivência para as pequenas propriedades. A família pluriativa vem se tornando presença comum no setor.
Palavras-chave: Agricultura familiar; Trabalho neo-rural; Gestão agroindustrial.

1. Introdução

Diante de toda euforia com o atual cenário agrícola nacional, uma observação mais atenta ao pequeno agricultor, permeando as campanhas de marketing governamentais, revela a realidade da grande maioria das propriedades rurais brasileiras. Os elevados índices de crescimento e modernização que a agricultura vem apresentando ao longo dos últimos anos, estão expressados, principalmente, pelo aumento da produtividade e eficiência, integração de capitais, inserção de tecnologias, conquista de novos mercados, mudanças na organização do trabalho, entre outros. Há uma forte diretiva no modo que se procede esse desenvolvimento baseada numa perspectiva *downstream* na cadeia produtiva, voltada às necessidades da indústria processadora dos produtos agrícolas, o que coloca o pequeno produtor rural como elo fraco na cadeia, sem qualquer poder de barganha sobre os demais. (LUIZ & SILVEIRA, 2000; MARTINE, 1990).

Nantes (1997: p. 491) acrescenta que “a falta de uma política agrícola definida para o setor, a crise econômica, os seguidos problemas climáticos e a falta de recursos provenientes do crédito rural” vêm continuamente descapitalizando o setor e fazendo contrapeso aos índices de modernização, introdução de novas variedades, melhorias no controle da produção, inserção maior de maquinários agrícolas e difusão biotecnológica. O agricultor familiar se vê exercendo uma atividade que convive continuamente à sombra do insucesso, no chamado fio da navalha, frente a estatísticas que só refletem êxitos do setor.

O objetivo desta pesquisa foi adentrar essa realidade da pequena empresa rural de organização familiar, no cenário neo-ruralista brasileiro, para verificar e descrever a forma de organização e distribuição individual do trabalho, a presença ou não da pluriatividade e de sistemas

produtivos alternativos, agrícolas ou não, e o grau de comprometimento presente e futuro dos membros da família com as atividades de produção. Espera-se que os dados coletados possam contribuir com estudos comparativos futuros entre microrregiões vizinhas ou mesmo entre microrregiões de outras Unidades da Federação, diagnosticando as relações do trabalho e gestão da produção no contexto do desenvolvimento sustentável do setor.

Além desta primeira seção o artigo apresenta, no tópico 2, o panorama teórico neo-rural do setor produtivo agri-familiar brasileiro, enfocando questões que afetam sua organização trabalhista como êxodo e diversificação de atividades produtivas. No tópico 3 são apresentados o método, a técnica e a forma de abordagem da pesquisa, além da definição da amostra. No tópico seguinte é feita a apresentação dos resultados e a caracterização do objeto de estudo. Segue-se uma discussão dos resultados, no tópico 5, observando o quadro teórico de base. Por fim, o sexto tópico traz as considerações finais do trabalho.

2. O cenário neo-ruralista do setor produtivo agrícola familiar

2.1 O êxodo jovem e feminino

Ao final da década passada e início da atual, emerge especial preocupação não somente com o crescente fluxo migratório rural-urbano no Brasil e o esvaziamento populacional rural, mas com a composição etária reduzida dessa migração. Camarano & Abramovay (1999) demonstram o rejuvenescimento desse fluxo utilizando-se de dados demográficos do IBGE a partir da segunda metade do século passado, onde o grupo etário predominante vem se deslocando de faixas acima dos 30 anos para a faixa de 20 a 24 anos. O Censo Demográfico 2000 do IBGE, não contemplado no referido estudo, confirma essa tendência e a predominância assinalada. A abordagem por sexo reduz ainda mais essa faixa etária, no caso da população feminina, onde é o grupo entre 15 e 19 anos que lidera o fluxo. Os autores denominam esse processo conjunto de envelhecimento e masculinização da população rural.

Os fatores que ocasionaram a marcante descapitalização do meio rural, mencionada anteriormente, empurraram as pequenas unidades agrícolas para patamares de completa insustentabilidade financeira. Os efeitos negativos são mais agressivos à maioria menos favorecida: os agricultores familiares. Durante esse período, a prole crescia presenciando uma realidade estagnada, de trabalho duro e pesado, sem correspondência de resultados financeiros e sem qualquer perspectiva de melhora. Ao jovem, acostumado somente aos lamentos de seus pais em relação às atividades da família, não restava alternativas se não o êxodo em busca de melhores condições de vida. Os herdeiros das terras passaram a formar um crescente movimento migratório jovem onde a maioria o realizava sob conotação permanente.

Carneiro (1998), num estudo realizado em duas comunidades rurais, uma na região serrana do estado do Rio de Janeiro e outra na região colonial do Rio Grande do Sul, com jovens entre 15 e 26 anos, verificou que, além dos almejos por melhores condições financeiras, fortalecem o desejo da migração a carência de alternativas de lazer, educação e bens de consumo, e as aspirações quanto ao trabalho e até quanto ao estilo de vida típicos da juventude de classe média urbana. No mesmo estudo, a autora pôde confirmar o maior quantitativo feminino entre os interessados ao êxodo, conforme observado por Camarano & Abramovay (1999).

2.2 A urbanização do meio-rural

No início da década de 90 um grupo de pesquisadores do Núcleo de Estudos Agrícolas do Instituto de Economia da Unicamp, iniciou uma série de estudos de caracterização do que foi denominado “Novo Rural Brasileiro”. O projeto verificou que a série de transformações ocorrida no meio rural nas décadas de 70 e 80 culminaram numa progressiva redução dos limites entre o urbano e o rural. Transformações marcadas por novas concepções ocupacionais do campo, novas formas de organização do trabalho, amplitude das alternativas de práticas

produtivas, diversificação da inserção no mercado de trabalho e da renda familiar. As atividades agropecuárias seguiam uma tendência já verificada nos países desenvolvidos, e se aglomeravam em três grupos: i) agropecuária moderna em forte conexão com as agroindústrias e baseada em *commodities*; ii) conjunto de atividades não-agrícolas; iii) conjunto de atividades agropecuárias alternativas (GRAZIANO DA SILVA, 2002).

Dentro do conjunto de atividades não-agrícolas que o estudo aponta como advindas da inserção urbana no meio rural, surgem economias associadas ao turismo, moradia, lazer, serviços e interações com o meio ambiente. Essas economias não só promovem a geração de novos empregos como também oportunizam o ingresso no mercado àqueles que não tinham o campo como opção trabalhista. O autor ressalta que essa geração de empregos tem elevada importância na contenção dos índices migratórios rural-urbano, além de proporcionar renda às famílias menos favorecidas. A oferta crescente do emprego rural não-agrícola evidencia o amadurecimento do setor agrícola brasileiro rumo aos observados nos países desenvolvidos.

A maioria das atividades que emergiram e ganharam o foco dos agricultores no processo neo-ruralista, formando o grupo das atividades alternativas, sempre estiveram presente na produção familiar. A diferença é que passou-se a lhes conceder a devida extensão econômica. Incluem-se, nesse rol, práticas antes tidas como passatempo ou mero lazer, pequenos negócios pessoais ou de agropecuária intensiva, e outras que eram vistas de maneira secundária. Como exemplos, piscicultura, horticultura, floricultura e fruticultura se constituíram importantes alternativas produtivas, a partir dos planos a que estavam renegadas, formando cadeias próprias e passando a figurar como atividade principal em muitas propriedades. A diversificação das atividades produtivas deu novo ânimo aos proprietários. O leque de oportunidades recém descoberto expôs nichos de mercado, proporcionou ousados empreendimentos e gerou empregos.

Esta visão otimista, porém, se torna um tanto arriscada, se não consideradas as devidas variáveis incidentes no contexto. A superestimação dos efeitos do neo-ruralismo tem sido justificativa para o imediato abandono de políticas públicas orientadas para os setores mais marginalizados da agricultura familiar, em prol de políticas geradoras de empregos em atividades não-rurais. Para Buainain *et al.* (2003), há uma propensão direcional do apoio àquelas atividades já posicionadas em maiores patamares de competitividade, tais as que produzem produtos de alto valor agregado e uso intensivo de mão-de-obra. Embora a formação rurbana brasileira esteja em rota ascende, e configure um cenário de maiores oportunidades e inclusão social, ainda é bastante limitada geograficamente. Além disso, existe uma considerável relação de fatores que particularizam os resultados regionalmente.

O exercício de atividades não-agrícolas e de atividades alternativas causou uma nova ordem social e econômica na estrutura agrária nacional. Aos membros de uma dada família rural proporcionou-se uma empregabilidade variada, posicionando-os no exercício de diferentes ocupações, agrícolas ou não, sem, contudo, quebrar seu vínculo residencial e produtivo com o campo. A esse fenômeno a literatura vem denominando pluriatividade.

A teorização que se procede a respeito dessa nova ordem exige sua inclusão em debates que confrontem sua maior proximidade com o capitalismo do que o posicionamento da agricultura familiar, exposto historicamente, diante dos princípios do regime que atrela sua produção à rentabilidade, tecnologia, produtividade, geração de riqueza, leis de mercado, entre outros. Há uma necessidade de avaliação do significado econômico e do sentido sociocultural que a pluriatividade consolidará nessas famílias. Entender a família pluriativa como estratégia de sobrevivência num meio estigmatizado por baixíssima renda e conceber as características da atividade agrícola inserida no capitalismo, exigem o delineamento de elementos particulares que definam a forma familiar de organizar o trabalho e a produção (SCHNEIDER, 2003).

Entre os elementos apontados pelo autor, destaca-se o uso de mão-de-obra basicamente dos próprios membros da família. O grande diferencial dessa organização produtiva está na natureza fortemente interativa de seus indivíduos e no conjunto de valores sociais e morais no qual a unidade familiar está imersa. Esse modelo ímpar que evoluiu transgredindo a lógica de mercado tornou possível sua sobrevivência frente a inúmeras crises econômicas e financeiras e a trouxe ao século XXI. Assim, articular a aceitação da pluriatividade em circunstâncias de domínio da agricultura familiar, é ter que “aceitar a hipótese de que determinadas formas sociais estabelecem relações com o modo de produção dominante sem que, *a priori*, elas assumam um caráter capitalista.” (*ibid.*: p. 114).

Na prática, a pluriatividade tem se mostrado uma ótima alternativa às pequenas propriedades e vem impulsionando ânimos abatidos por infortunos em atividades tradicionais. O exercício de atividades agropecuárias alternativas e/ou a atuação em nichos de mercado, quando adequadamente gerenciados, engendram o desenvolvimento e subsidiam a questão sucessória.

3. Metodologia e amostragem

Este trabalho teve natureza descritiva. Buscou-se identificar e caracterizar a distribuição de situações e atitudes na amostra sem, contudo, a intenção de expor as causalidades. Judd *et al.* (1991) destacam que as pesquisas descritivas objetivam conhecer e interpretar a realidade, sem nela interferir para modificá-la. A abordagem utilizada foi a qualitativa, optada por permitir um foco maior na experiência das pessoas, por possibilitar entender seu comportamento junto aos fenômenos e por permitir uma profundidade na captura das informações tácitas (BRYMAN, 1989; SKINNER *et al.*, 2000).

Nas pequenas propriedades rurais é comum encontrar gestores e trabalhadores com baixa formação educacional e pouca habilidade comunicativa pela escrita. Dessa forma, a fim de se obter maior eficiência na coleta dos dados utilizou-se o método do Estudo de Caso associado à técnica da Entrevista. Segundo Yin (1994), a aplicação do Estudo de Caso retém as características significantes dos eventos e é indicado quando o fenômeno não pode ser estudado fora de seu contexto de ocorrência. Para Lakatos & Marconi (1990) a Entrevista fornece ao pesquisador liberdade para adentrar cada particularidade do objeto de estudo e autonomia para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere relevante, permitindo que elas sejam amplamente estudadas.

De acordo com a classificação proposta por essas autoras, a composição da amostra para a pesquisa foi do tipo não-probabilística intencional. Não se fez uso de formas aleatórias para a composição já que a forma de abordagem é qualitativa. Além disso, foi fundamental, para os fins da pesquisa, que houvesse uma intencionalidade na formação da amostra para a obtenção de uma representatividade dos casos para a investigação. O objetivo era verificar pequenas propriedades capixabas de agricultura estritamente familiar. Segundo o Censo Agropecuário do IBGE de 1995-1996, este é o perfil de 91,3% das propriedades rurais do Estado do Espírito Santo, cujas propriedades possuem até 100 hectares.

A amostra foi composta por cinco propriedades de uma mesma microrregião (microrregião de Colatina), distantes entre 20 e 40 quilômetros da sede do município – sendo, na média, 60% do percurso realizado em estrada de terra. Duas das propriedades se localizam no município de Colatina, uma no município de São Domingos do Norte e as outras duas no município de Marilândia. O limite microrregional foi considerado para que se obtivesse um contexto sócio-cultural e econômico homogêneo onde os indivíduos estivessem inseridos. Os entrevistados foram os gestores das propriedades e seus filhos, típica organização trabalhista do setor. Nos casos pesquisados o gestor da propriedade era também o posseiro ou proprietário das terras. E, em todos eles, é comum a subcontratação de diaristas na época de plantio ou colheita da cultura principal. As famílias foram entrevistadas durante o mês de julho de 2005.

4. Resultados e caracterização do objeto de estudo

A primeira família objeto da pesquisa (A) é composta pelos pais e cinco filhos, sendo três rapazes e duas moças entre 18 e 28 anos. Todos puderam ser entrevistados. A propriedade é da família e possui 20 hectares onde, além das atividades de subsistência, está em fase de implantação uma pequena piscicultura com espécies de maior apelo comercial como tilápia, tambaqui e piaçu. O restante da propriedade é ocupado pela cafeicultura.

Os cinco filhos têm formação técnica agrícola com habilitação em Agropecuária. As duas filhas são graduandas em Agronomia pela UFES, no campus do sul do Estado, e conciliam trabalho e estudo. Ambas não têm qualquer intenção em retornar à propriedade para gerenciar os negócios da família. Almejam, ao contrário, se empregarem no ramo de formação após o término do curso ou se especializarem em alguma área. Um dos rapazes mora com os pais mas trabalha na cidade, num varejo de material agropecuário, e é o responsável pela introdução da piscicultura na propriedade. Embora ele dedique apenas parte de seu tempo útil semanal à atividade, vê ótimas perspectivas para a criação de peixes e já planeja abrir um segundo viveiro. Outro filho trabalha como Técnico numa propriedade de eucalipto no sul da Bahia, onde reside. Apenas um dos filhos, o mais velho, permanece desempenhando as atividades agrícolas da propriedade junto com o pai. A renda total da família, excluindo os ganhos dos três filhos que moram fora, não chega a 4 salários mínimos mensais.

Neste caso, percebe-se uma perda da força de mão-de-obra teórica da família em mais de 50%, fator agravante no setor. Entretanto, o gestor da empresa se mostra satisfeito com o fato de seus “funcionários” estarem “encaminhados na vida”. Quando perguntado se não o incomoda o fato de perder mão-de-obra e, conseqüentemente, potencial produtivo, estando os filhos buscando sustento por outras fontes que não a produção própria, ele se diz compensado por ao menos ter conseguido dar educação aos mesmos e se conforma por achar que eles devem mesmo procurar “algo melhor”. O trabalho rural é visto como muito penoso e pouco rentável. Mesmo assim, ele espera manter a integridade da propriedade nas mãos da família na ocasião da partilha e acredita na continuidade dos negócios pelo filho mais velho.

A segunda família da pesquisa (B) é composta pela mãe e por três filhos e uma filha na faixa de 15 a 26 anos. A filha, a mais velha, é casada e mora com a mãe. Seu marido compõe a mão-de-obra da propriedade, tendo sido considerado membro da família. Todos foram entrevistados. O patriarca é falecido e a família ainda conta com duas crianças de 2 e 4 anos, netos da proprietária. As terras da família têm 12 hectares e a renda vem da horticultura e da cafeicultura. O sustento é complementado pelas atividades de subsistência.

O filho caçula está terminando o Ensino Fundamental numa escola no próprio meio rural e pretende fazer o curso técnico agrícola. O período em que está em casa ajuda na produção. O mais velho entre os rapazes, desde o falecimento do pai, centraliza o controle administrativo e financeiro dos negócios da família e, é claro, ainda exerce o trabalho braçal da propriedade. O outro filho reside numa cidade vizinha e trabalha numa loja de implementos agrícolas. O genro, ex-aluno de uma Escola Família Agrícola, há 2 anos propôs quebrar a monoatividade cafeeira investindo na horticultura e em bancas nas feiras livres da cidade sede. Com esta atividade, hoje eles vendem verduras e legumes em quatro feiras semanais em dois centros urbanos próximos, e retiram parte fundamental do sustento da família. A filha ajuda a mãe nas atividades do lar e ainda obtém pequeno lucro com atividades artesanais, como fabricação de doces e biscoitos caseiros e venda de mel. A renda mensal da família, fornecida pelos membros que residem e dependem da propriedade, gira entre 3 e 5 salários mínimos.

Neste caso, apesar da filha, teoricamente o membro mais provável à migração, ainda residir na propriedade, na entrevista ela confirma sua repulsão quanto ao trabalho no campo – ver Carneiro (2001) e Paulilo (2004) sobre a questão do gênero na empresa rural. O envolvimento

amoroso com alguém da própria comunidade e com aptidão para o trabalho rural acabou acrescentando à empresa familiar uma força de trabalho e, mais que isso, um empreendedor. A diversificação produtiva idealizada por seu marido surgiu numa época de profunda crise da cafeicultura capixaba, talvez a maior delas em muitos anos. Hoje a horticultura da propriedade encontra-se em plena expansão. Em sua entrevista, percebe-se sua total desmistificação quanto à cultura do café. O que pode ser visto como algo benéfico numa região onde a monocultura cafeeira está ainda muito presente e enraizada na concepção do produtor. Isso favorece o surgimento do comportamento empreendedor e a busca por atividades alternativas viáveis de desenvolvimento sustentável e de métodos alternativos para o próprio café.

A terceira família entrevistada (C) é formada pelos pais e quatro filhos na faixa etária de 23 a 32 anos. Os dois mais velhos, ambos casados, há muito não residem no campo nem têm qualquer vínculo com os negócios da propriedade. Não puderam ser entrevistados. Quanto aos outros dois, um reside na cidade e o outro na propriedade. Os dois trabalham na cidade e não desempenham papel relevante nas atividades de produção. Um é marceneiro e o outro vendedor numa concessionária de motos. Os dois e os pais foram entrevistados. Um dos filhos precisou interromper a entrevista antes de seu término e algumas informações importantes não foram captadas. Essa entrevista foi descartada da análise.

A propriedade tem 40 hectares e produz, comercialmente, tomates, alguns tubérculos, ovos, alface e suínos para abate. Além, é claro, de café Conillon. A família tem dois funcionários em regime permanente. Eles moram no local e cuidam exclusivamente do café. A maior parte de seu pagamento é formado por uma cota de participação no café colhido. O caçula (entrevistado) ainda reside na propriedade e auxilia o pai em algumas tarefas nos finais de semana. Até mesmo na época da colheita do café, quando mão-de-obra é essencial, sua participação é meramente figurativa. A responsabilidade gerencial e produtiva é toda do patriarca. A mãe, além das tarefas do lar, cuida de parte da produção agrícola e das galinhas poedeiras. A renda da família é de 5 salários mínimos mensais.

Verificou-se uma grande preocupação do casal de proprietários com a sucessão dos negócios. Eles acreditam que a partilha dismantelará o patrimônio. Segundo a mãe, os dois filhos mais velhos já manifestaram a intenção de arrendar ou mesmo vender sua parte na herança. E é pouco provável que os outros dois assumam os negócios da família algum dia. O pai conta que aqueles saíram de casa ainda na adolescência para estudar, em regime de internato, e, apesar de terem se formado técnicos agrícolas, acabaram migrando em definitivo quando iniciaram a graduação. Os mais novos pararam de estudar ao concluírem o Ensino Médio.

A quarta família (D) é formada pelos pais e três filhos, duas moças e um rapaz entre 14 e 19 anos. Todos foram entrevistados. A localidade é servida por linha de ônibus municipal, o que facilita o acesso à cidade, onde a filha caçula faz o Ensino Fundamental. O filho do casal é concludente do curso técnico agrícola e a mais velha ainda não concluiu o Ensino Médio.

A propriedade é herança do avô materno e foi parte de uma propriedade maior dividida entre nove irmãos. Possui 15 hectares onde se produz suínos para abate, produtos hortícolas e café. O adicional do feijão produzido, fundamentalmente para consumo próprio, e uma pequena quantidade de milho também são comercializados. O cafezal é velho e produz pouco. Há ainda um pequeno laranjal. O pai, além de cuidar de suas terras, tem parceria com dois cunhados, donos de propriedades vizinhas, onde administra a produção e participa dos lucros de forma cotizada. A mãe, professora, complementa a renda da família (cerca de 3 salários mínimos mensais) trabalhando numa escola primária na própria comunidade.

A menina mais nova auxilia a mãe nas tarefas do lar. Ela diz que sonha ser médica veterinária. Os outros filhos são mão-de-obra ativa nas atividades de produção. O menino não demonstrou interesse em continuar os estudos após concluir o curso técnico. Pretende investir na própria

propriedade. Há alguns meses iniciou o plantio intercalado do milho no cafezal e mudou o sistema de poda do cafeeiro para melhorar e renovar os ramos produtivos. Pensa em construir um viveiro para piscicultura utilizando um pequeno córrego que corta a propriedade. A filha mais velha cuida da horta, dos animais e ainda auxilia o pai no cafezal (poda, capina, colheita, etc.). Não há outros funcionários, com exceção de diaristas na época da colheita do café.

A quinta família entrevistada (E) é formada pelos pais e dois casais de filhos na faixa de 13 a 22 anos. Os seis membros foram entrevistados. O caçula faz o Ensino Fundamental e ajuda o pai no seu tempo livre. As duas meninas do meio também dividem seu tempo entre estudo e trabalho em casa. Ambas cursam o Ensino Médio na mesma escola que o irmão, na cidade. Não atuam nas atividades de produção. O filho mais velho, do primeiro casamento do pai, optou para com ele viver na propriedade e participa de todos os processos administrativos e de produção. Não chegou a concluir o Ensino Médio.

A propriedade tem 30 hectares e pertence à família do pai. O avô estipulou subdivisões onde cada filho pudesse explorar como bem entendesse, mas a escritura ainda é única. A renda familiar é obtida basicamente da cafeicultura e da piscicultura e chega a 6 salários mínimos mensais. Das outras produções (frutas, hortícolas, feijão, milho e ovos) se comercializa o pouco que excede o consumo próprio. A piscicultura está em forte ascensão econômica. Dos três viveiros iniciais, há dois anos, hoje são oito, sendo que um deles está sendo preparado para a produção de camarão da Malásia. Após a engorda os peixes são vendidos a complexos de pesca e lazer (pesque-pague), frigoríficos especializados, restaurantes e para particulares.

Apesar do filho caçula participar das atividades produtivas junto com o pai e o irmão, nem ele nem as duas irmãs demonstraram interesse em assumir, algum dia, os negócios da família. Os três almejam carreira em áreas distintas da agropecuária e são migrantes potenciais. A mãe é funcionária de uma Cooperativa local. A mão-de-obra da propriedade é complementada por um funcionário assalariado que ainda participa de parte do café colhido.

Interessante destacar o envolvimento do filho mais velho na gestão da produção. Na maioria dos casos, mesmo que algum filho tenha grande afinidade e envolvimento com as atividades produtivas, o poder decisório é sempre do pai. Neste caso, notou-se que o filho, além de braço direito no trabalho, tem voz ativa na gestão administrativa e financeira da propriedade.

5. Discussão dos resultados

Apesar da amostra reduzida, a análise dos resultados confirma a preocupação do jovem rural com seu futuro e suas intenções de melhorar o padrão de vida da família e o seu próprio, comportamento apontado por Carneiro (1998), e constata a forte presença urbana no cotidiano neo-ruralista e toda a reestruturação social e econômica que essa presença vem ocasionando no meio (GRAZIANO DA SILVA, 2002; BALSADI, 2001; BUAINAIN *et al.*, 2003).

As cinco famílias entrevistadas são pluriativas. Embora todas ainda têm a renda dependente de apenas uma cultura, o exercício de outras atividades já compõe boa parte do orçamento. Algumas são unicamente para subsistência, como criação de suínos e galinhas, plantação de feijão, milho e horticultura, principalmente. Em todos os casos verificou-se a presença de membros da família que apenas residem no campo e trabalham ou estudam na cidade. O legado do trabalho na lavoura acaba recaindo sobre os pais e aqueles filhos com afinidade agrícola natural ou sem propensão ou entusiasmo com a escola – ver Abramovay *et al.* (1998).

A tendência de masculinização e envelhecimento da população rural, como apontada por Camarano & Abramovay (1999), mesmo numa amostra limitada, vale ser mencionada. Das moças entrevistadas apenas uma delas mostrou afinidade e disposição para o trabalho rural (família D). Ainda assim, disse que voltaria aos estudos e provavelmente se dedicaria a outro ofício caso a família tivesse condições de manter empregados fixos.

A Tabela 1 quantifica os membros de cada família, residentes na propriedade, que estão diretamente envolvidos com a produção, a mão-de-obra familiar potencial e efetiva, a complementação da renda dentro ou fora da propriedade e a intenção migratória. Destaque para o baixo aproveitamento do potencial de mão-de-obra das famílias A, C, D e E, excluída a participação dos pais, o que pode ser considerado um sério problema na agricultura familiar. As famílias C e E, que têm adicional de mão-de-obra fixo ao longo do ano, só conseguem manter os funcionários porque a maior parte de seus pagamentos advém de sua participação na produção e da moradia e alimentação concedidas.

| | A | B | C | D | E |
|---|----|----|----|----|----|
| membros da família que residem na propriedade | 04 | 05 | 03 | 05 | 06 |
| membros atuantes na produção* | 03 | 05 | 02 | 04 | 03 |
| membros atuantes na produção, exceto os pais | 01 | 04 | – | 02 | 01 |
| funcionários permanentes | – | – | 02 | – | 01 |
| total da força de trabalho da propriedade | 03 | 05 | 04 | 04 | 04 |
| complementam o orçamento doméstico com atividades assalariadas | 01 | – | 01 | 01 | 01 |
| complementam o orçamento doméstico com atividades produtivas (ainda pequenas) | – | 01 | – | – | – |
| membros atuantes na produção com intenção migratória dentro dos próximos 3 anos | – | – | – | 01 | – |
| membros não atuantes na produção com intenção migratória dentro dos próximos 3 anos | – | – | 01 | 01 | 03 |

*Ao menos um período do dia, com 14 anos ou mais.

Tabela 1 – Comprometimento com as atividades de produção da propriedade entre os que nela residem

No geral, mesmo aqueles que responderam não possuir intenção de migrar não se vêem como herdeiros de um agronegócio ou a propriedade como empresa rural. Acreditam que a cidade é um local de melhores oportunidades de crescimento. Não há como negar a necessidade de complementação de renda. Entretanto, é preciso salientar que o exercício de atividades urbanas assalariadas compromete seriamente o potencial de mão-de-obra produtiva da família.

Os membros mais novos e até mesmo aqueles que buscam a formação técnica agrícola não possuem grandes expectativas quanto à sua participação gerencial nos negócios da família. O principal motivo talvez seja acharem que o pai, o gestor, é pouco receptivo a idéias e menos ainda propenso a mudanças. Acham a cafeicultura muito desgastante e que o lucro nem sempre é compensador. Citam, por exemplo, as constantes secas dos últimos anos e as altas perdas de produtividade.

Na verdade as famílias ainda estão aprendendo a trabalhar com outras culturas que não o café. E a resistência à diversificação ou mesmo à inserção de novos processos é, realmente, muito grande. A cafeicultura tem raízes históricas fortes no estado, responsável por cerca de 25% da safra brasileira de café e maior produtor do tipo Conillon, de acordo com o Ministério da Agricultura. O café, na região, vem sendo cultivado pelas famílias há várias gerações. A maioria dos produtores trabalhou com café a vida toda e só sabe trabalhar, em maior escala, com essa cultura. O processo produtivo também é todo herdado e o acesso a novas tecnologias é bastante restrito. Em contrapartida, os que ousaram quanto à diversificação e investiram tempo e dinheiro em outras atividades disseram estar satisfeitos com os resultados. Em um dos casos (família E) a participação da juventude na gestão dos negócios foi fundamental para que as mudanças acontecessem e o crescimento econômico fosse alcançado.

Na Tabela 2 vê-se a opinião dos pais em relação à participação dos filhos nas atividades produtivas e na gestão da produção. A participação na gestão é, quase sempre, classificada

como essencial ou importante. A relação apresentada, entretanto, mostra a pouca atividade gerencial dos filhos. A gestão conjunta da experiência do patriarca com o dinamismo da juventude aparece apenas em um momento, já que, no caso da família B, após o falecimento do pai é que um dos filhos acabou assumindo as operações administrativas da propriedade.

| Famílias | Participação dos filhos nas atividades da propriedade (n/N*) | | Participação dos filhos na gestão das atividades (n/N) | | Participação de terceiros nas atividades da propriedade*** |
|----------|--|-----------------------|--|-----------------------|--|
| | o que pensam os pais** | relação participativa | o que pensam os pais | relação participativa | |
| A | essencial | 1/2 | pouco relevante | 0/2 | pequena, mas importante |
| B | essencial | 4/4 | essencial | 1/4 | pequena, pouco importante |
| C | importante | 0/1 | importante | 0/1 | intensa e fundamental |
| D | essencial | 3/3 | importante | 0/3 | pequena, mas importante |
| E | essencial | 1/3 | essencial | 1/3 | média e fundamental |

* n = número de membros com participação direta, exceto os pais, com 14 anos ou mais. N = número de membros que residem na propriedade, exceto os pais, com 14 anos ou mais.

** Conceitos utilizados: essencial; importante; pouco relevante; sem influência.

***Conceitos livres, síntese do pesquisador.

Tabela 2 – Participação dos filhos nas atividades e na gestão da produção

Entre os produtores há um amadurecido descontentamento com a falta de políticas públicas regionalizadas para a agricultura, problema apontado por Ortega (1996), e com as constantes dificuldades financeiras. Estas, acentuadas ano a ano por agressivos períodos de seca. Tais dificuldades testemunham que, conforme discutido por Luiz & Silveira (2000), as exigências econômicas e gerenciais de integração ao processo desenvolvimentista nacional fizeram com que a agricultura familiar inserisse apenas parcialmente no contexto de crescimento agrícola dos últimos anos. Do ponto de vista dos pequenos agricultores, o cenário contempla uma profunda deficiência econômica, onde a produção, quando muito, atende apenas as necessidades básicas da família, criando a dependência de outras fontes de renda (Quadro 1).

| Famílias | Dependência de fontes de renda de atividades não-agrícolas no orçamento doméstico * | Dependência de fontes de renda de atividades extras ou assalariadas no orçamento doméstico * |
|----------|---|--|
| A | pouca ou nenhuma | alguma |
| B | alguma | alguma |
| C | pouca ou nenhuma | grande** |
| D | alguma | grande |
| E | grande | alguma |

*Conceitos utilizados: grande; alguma; pouca ou nenhuma

**Os filhos que residem fora têm participação importante na compra de insumos.

Quadro 1 – Dependência de fontes de renda pluriativas no orçamento doméstico

O cenário adverso acaba se mostrando angustiante também aos olhos da nova geração de agricultores. Há uma tendência crescente, entre eles, em incorporarem certa repulsibilidade às atividades agrícolas, criando um grave impasse a um setor que organiza o trabalho baseado quase que exclusivamente na mão-de-obra dos membros da família. Essa tendência fomenta o êxodo rural e se torna fator dificultador do processo sucessório com integridade das terras, obstruindo ainda mais os horizontes da pequena propriedade rural (Quadro 2).

| Famílias | Perspectiva sucessória | Perspectiva de integridade da propriedade na partilha |
|----------|------------------------|---|
| A | grande | alguma |
| B | grande | alguma |
| C | pouca ou nenhuma | pouca ou nenhuma |
| D | grande | pouca ou nenhuma |
| E | grande | pouca ou nenhuma |

*Conceitos utilizados: grande; alguma; pouca ou nenhuma

Quadro 2 – Perspectiva dos proprietários quanto à sucessão e integridade futura da propriedade

6. Considerações finais

A pequena propriedade de agricultura familiar é o perfil quantitativo do setor agrícola brasileiro. Dos estabelecimentos rurais existentes no Brasil, 85,2% são de agricultura familiar – cerca de 4,1 milhões de unidades – responsáveis pela arrecadação de 37,9% do valor bruto da produção agropecuária e por 76,9% do pessoal ocupado no meio rural (FAO/INCRA, 2000). No entanto, seus resultados produtivos ainda continuam sendo conquistados mediante elevados custos sociais. Paralelamente, o setor testemunha a invasão de modelos urbanos sociais, culturais e econômicos em seu meio, que seduzem e descaracterizam a juventude rural, ameaçando sua organização de trabalho e todo o sistema produtivo.

Segundo Reich (2001), a agricultura familiar é uma conexão de três fatores: família, negócio doméstico e empresa. A maximização dos resultados financeiros baseia-se no reconhecimento deste último, ponto de partida para as discussões acerca da gestão sustentável do empreendimento. A família produtora, quando incapaz de vislumbrar a propriedade como empresa rural, e seus membros como empreendedores, coloca-se como obstáculo à sua própria sustentabilidade. A interconexão dos três subsistemas formam uma organização trabalhista envolta por componentes sócio-econômicos muito particulares, carente de uma gestão que também lhe seja peculiar. São inegáveis a imensa dificuldade do gestor da produção nesse setor da economia e a importante ligação que a atuação gerencial do produtor tem com o sucesso da empresa rural (GASSON & ERRINGTON, 1993; MANIG, 1993).

A desruralização, que despencou a taxa populacional rural brasileira de 68,8% nos idos da década de 40 para meros 18,8% no fechamento do século XX, segundo o Censo Demográfico 2000 do IBGE, formula um quadro preocupante com relação ao processo sucessório na agricultura familiar, vital para a manutenção do setor. O conjunto de valores sociais e morais arraigados geração a geração neste tipo de organização é responsável, de forma natural, pela conscientização dos fatores social e ambiental do desenvolvimento sustentável. E, ainda, por alicerçar a formação do indivíduo inspirada na cordialidade, cooperação, mutualidade, dignidade e respeitabilidade. Conforme demonstrado por Abramovay *et al.* (1998), a formação de novas gerações de agricultores familiares tem, portanto, relevante importância para a sociedade como um todo. Trata-se muito além de garantir o exercício profissional das gerações futuras, ou apenas o aprendizado de um ofício, mas a manutenção administrativa de um patrimônio imobilizado de base econômica e de organização de vida familiar.

Os autores destacam, ainda, os casos em que a partilha das terras entre dois ou mais herdeiros ocasiona a inviabilidade econômica da propriedade pelas dimensões resultantes. A pesquisa pôde constatar que o desmantelamento fundiário é, de fato, preocupação dos proprietários.

A diversificação da produção exige uma multi-capacitação de mão-de-obra que, sem dúvida, é interessante, pois o exercício de atividades agropecuárias alternativas e/ou a atuação em nichos de mercado podem ser soluções atraentes para o desenvolvimento da propriedade. Para isso, é necessário discernir as atividades que proporcionam maiores rentabilidades com menores custos de implantação e que são de manejo conhecido ou de fácil capacitação.

O fato dos filhos migrantes de produtores estarem preterindo a função de patrões na empresa rural à de empregados na cidade (mesmo que em empregos mal remunerados) constitui uma família pluriativa onde a observância do exercício dessas atividades não-rurais atuam contra seu próprio processo sucessório e a continuidade da empresa. A intenção do jovem em permanecer na propriedade, porém, não acarreta, necessariamente, a sucessão. Alguns dos jovens entrevistados, assim como no estudo de Carneiro (1998), disseram possuir objetivos urbanos mas não pretendem sair do campo. Esse desejo, no entanto, não acompanha o de assumir os negócios da família. São anseios por uma melhor qualidade de vida, tranquilidade e segurança, além dos laços de afetividade familiar e social inerentes às comunidades rurais.

Uma conclusão irrefutável é que a educação é o recurso mais poderoso, senão o único, que o jovem rural dispõe para alcançar seus projetos e objetivos de vida e para tornar a agricultura familiar sustentável. Para o simplório trabalhador do campo, o estudo é uma atividade nobre que fornece ao filho um *status* acima do que ele conseguiria com as atividades agrícolas. O pequeno agricultor nem ao menos enxerga sua atividade como profissão, relacionando o trabalho na enxada ao destino de quem possui baixa escolaridade (SPAGNOLO, 1982).

A educação desses jovens, portanto, e substancialmente a educação profissional, é peça fundamental no processo desenvolvimentista da agricultura familiar. Não basta, no entanto, uma formação técnica que não seja mais que um treinamento do exercício das atividades agrícolas. Essa educação não é motivadora ao jovem e nem tampouco é útil à agricultura familiar. A metodologia tradicional, dedutiva, meramente reprodutiva dos conceitos e de noções expostos pelo professor (consciência bancária), se faz formadora de “indivíduos medíocres, porque não há estímulo para a criação.” (FREIRE, 1990: p. 38).

A formação do técnico agrícola deve ser motivadora, formadora de um profissional capacitado a realizar planejamento gerencial de médio e longo prazo, atento às tendências e inovações do mercado, que trace metas mensuráveis e relevantes para si e para a propriedade, que saiba manusear ferramentas de análise de custos e, mais ainda, que forme indivíduos indagadores, ativos, autênticos, conscientes críticos. A educação profissionalizante que não preza a formação de gestores, e que não valoriza a prática social do educando, será apenas uma alternativa às atividades agrícolas, servindo também de fomento ao êxodo.

É importante luzir, em tempo, que o êxodo rural não deve ser tratado como algoz da questão sucessória na agricultura familiar brasileira. Muito menos deve-se radicalizar quanto a fixação do jovem rural ao campo. Do ponto de vista da priorização de seu bem-estar, em alguns casos a migração é, sim, a melhor das alternativas. Segundo Durston (1996), em situações de profunda miséria, terra com baixa produtividade ou exaurida de fertilidade, ou, ainda, em propriedades tornadas inviáveis economicamente pela excessiva fragmentação, não há meios para atingir padrões mínimos de sustentabilidade. Uma outra situação é quando o jovem, concludente da educação básica, tem à sua frente uma ótima oferta de emprego ou a chance de continuar os estudos em outros locais. Algumas dessas oportunidades podem ser únicas na vida. Nesses dois exemplos, a prevalência de seus objetivos pessoais sobre os familiares não há de ser censurada nem elencada entre os motivadores da continuidade ou não das atividades na propriedade. Atingir metas pessoais, conquistar sonhos, também é empreender.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. (Coord.) *et al. Juventude e Agricultura Familiar: desafios de novos padrões sucessórios*. Brasília: Unesco/Fao/Incr/Epagri, 1998. 101 p.
- BALSADI, O.V. Mudanças no Meio Rural e Desafios para o Desenvolvimento Sustentável. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.15, n.1, p.155-165, 2001.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Anuário 2003*. Disponível em <http://www.agricultura.gov.br>. Acesso em: 22 ago. 2005.

- BRYMAN, A. *Research Methods and Organization Studies*. London: Routledge, 1989. 283 p.
- BUAINAIN, A.M.; ROMEIRO, A.R.; GUANZIROU, C. Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, n.10, p.312-347, 2003.
- CAMARANO, A.A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama dos Últimos 50 Anos. *Texto para discussão n. 621*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. 28 p.
- CARNEIRO, M.J. O Ideal Rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F.C.T. da; SANTOS, R.; COSTA, L.F. de C. (Orgs). *Mundo Rural e Política: ensaios interdisciplinares (parte II)*. Rio de Janeiro: Campus, 1998. p.95-117.
- _____. Herança e Gênero entre Agricultores Familiares. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.9, n.1, p.22-55, 2001.
- DURSTON, J. Comparative International Analysis of Rural Youth Policy in Developing Countries: coping with diversity and change. In: FAO. *Expert Consultation on Extension Rural Youth Programmes and Sustainable Development*. Rome: FAO, 1996. Disponível em http://www.fao.org/documents/show_cdr.asp?url_file=/docrep/w1765e/w1765e06.htm. Acesso em: 5 ago. 2005.
- FAO/INCRA. *Novo Retrato da Agricultura Familiar: o Brasil redescoberto*. Brasília: INCRA, 2000. 74 p.
- FREIRE, P. *Educação e Mudança*. 16.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. 79 p.
- GASSON, R.; ERRINGTON, A. *The Farm Family Business*. Wallingford-UK: CAB International, 1993. 290 p.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *O Novo Rural Brasileiro*. Campinas: UNICAMP/IE, 2002. 151 p. (Pesquisa, v.1).
- IBGE. Censo Agropecuário 1995-1996. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 9 ago. 2005.
- IBGE. Censo Demográfico 2000. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 9 ago. 2005.
- JUDD, C.M.; SMITH, E.R.; KIDDER, L.H. *Research Methods in Social Relations*. 6th ed. Fort Worth-US: Harcourt, Brace, Jovanovich, 1991. 573 p.
- LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.de A. *Técnicas de Pesquisa*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1990. 231 p.
- LUIZ, A.J.B.; SILVEIRA, M.A.da. Diagnóstico Rápido e Dialogado em Estudos de Desenvolvimento Rural Sustentável. *Pesquisa Agropecuária Brasileira*, Brasília, v.35, n.1, p.83-91, 2000.
- MANIG, W. Family Farm Households in Agrarian Societies in Developing Countries: definitions of relevant units for surveys, analysis, and statements in socioeconomic research. *Quarterly Journal of International Agriculture*, Berlin-DE, v.32, n.1, p.21-27, 1993.
- MARTINE, G. Fases e Faces da Modernização Agrícola Brasileira. *Planejamento e Políticas Públicas*, Rio de Janeiro, v.1, n.3, p.3-43, 1990.
- NANTES, J.F.D. Gerenciamento da Empresa Rural. In: BATALHA, M.O. (Coord.). *Gestão Agroindustrial*. Vol.1. São Paulo: Atlas, 1997. p.490-514.
- ORTEGA, E. La Ruralidad y el Futuro de los Jóvenes Rurales en Chile. In: *Juventud Rural: modernidad y democracia en América Latina*. Santiago-CL: CEPAL, 1996. p.241-247
- PAULILO, M.I.S. Trabalho Familiar: uma categoria esquecida de análise. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.12, n.1, p.229-252, 2004.
- REICH, L. *Die Familiäre Kooperative von Chapecó - Brasilien: eine alternative für kleinbäuerliche landwirtschaft*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDIOS DE POSGRADO PARA PROFESIONALES LATINOAMERICANOS, 2001, San José-CR. *Anais eletrônicos...* San José: UCR, 2001. Disponível em <http://www.recall.alumni-network.de/costarica/proceedings/Reich.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2005.
- SCHNEIDER, S. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.18, n.51, p.99-121, 2003.
- SKINNER, D.; TAGG, C.; HOLLOWAY, J. Managers and Research: the pros and cons of qualitative approaches. *Management Learning*, Thousand Oaks-US, v.31, n.2, p.163-179, 2000.
- SPAGNOLO, F. *Escola e Educação para o Trabalho no Meio Rural: caso de Barra do Corda*. São Paulo: CENAFOR, 1982. 121 p.
- YIN, R.K. *Case Study Research - design and methods*. 2nd ed. Thousand Oaks: Sage, 1994. 171 p.